

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUEM SÃO ESTES SUJEITOS NA SOCIEDADE?

Jeisa Ariele Martins, graduanda do 4º ano de Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória/PR. Raquel da Silva, graduanda do 4º ano de Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória/PR. Ivanildo Sachinski, Mestre em Educação (UFSC). Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória/PR.

Contatos: jeisa.a.martins27@gmail.com

gabyekau2@gmail.com

sachinski_educa@hotmail.com

RESUMO

A Educação Especial é uma modalidade de Educação que abrange todas as etapas de ensino, almeja compreender a grande importância do processo inclusivo permitindo auxiliar a compreensão acerca deste assunto. O presente artigo tem por objetivo trazer à discussão os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, bem como a importância destes termos e identificar quem são os sujeitos atendidos em seus respectivos espaços, presentes em nossa sociedade. Buscando materializar as relações teóricas e verificar a importância da discussão de conceitos em diferentes momentos formativos realizou-se uma pesquisa de campo com profissionais da educação básica por meio de questionário online semiestruturado, buscando-se os principais conceitos e as características que atribuem a cada uma das definições alvo dessa pesquisa. Verificou-se que existe uma indefinição conceitual sobre a Educação Especial e Inclusiva, tratando-os como sinônimos ou como duas faces do mesmo objeto, apontando a importância de se construírem espaços formativos para a Educação Especial e a Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Sociedade.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial passou por um longo percurso histórico, em que é possível ressaltar que no século XVIII já existia um conceito, porém passa a ser reconhecido como marco definitivo somente após a preocupação educacional repensando quem é o deficiente para essa sociedade. É um tema amplo e de importante discussão para conhecimento de todas as pessoas, inclusive aos profissionais de educação.

Assim, é possível notar por meio de estudos realizados nesta área que as políticas de inclusão vêm sendo fortemente destacadas no que diz respeito ao atendimento desses sujeitos, principalmente após a década de 90 do século XX, quando houve a ampliação de matrículas na rede regular de ensino. Este artigo tem como objetivo apresentar a definição dos termos Educação Especial e Educação Inclusiva, a fim de compreender quem são os indivíduos que necessitam destes atendimentos. A metodologia deste trabalho é de cunho bibliográfico com pesquisa de campo por meio de relatos e contribuições de profissionais da educação descrevendo percepções acerca do tema e sobre estes indivíduos.

Para realizar-se um cotejamento entre teoria e prática, aplicou-se um questionário por via digital acerca do tema escolhido com seis profissionais da educação básica de diferentes cidades, sendo elas: União da Vitória-PR, Curitiba-PR, Mallet-PR, Porto União- SC, buscando o entendimento e as contradições entre os dois espaços.

Metodologicamente, a pesquisa divide-se em três momentos, iniciando com uma aproximação teórica dos conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, construindo a base de reflexiva sobre as relações entre a Educação Especial e as perspectivas de Inclusão, e finalizando com as reflexões sobre o papel das pessoas com deficiência na sociedade e nos contextos educacionais.

1 EDUCAÇÃO ESPECIAL X EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A ideia de Educação Especial assim como de Educação Inclusiva foram se consolidando historicamente, ambas são amparadas por movimentos sociais que fazem gerir força ao longo dos anos. A Educação Especial brasileira se formou em meados da década de 1960 a 1970 no auge das movimentações sociais, assim como mudanças desencadeadas pelas legislações. A sociedade assumiu um caráter passivo, porém vale salientar que não basta apenas as organizações e movimentações, mas sim o esforço de cada indivíduo envolvido, para que assim possam ser superadas as barreiras e os limites impostos aos deficientes,

oportunizando espaços e participação a todos os indivíduos, sem pré-julgamentos ou atitudes discriminatórias.

Em nossa sociedade sempre existiu um conceito de Educação Especial, embora seu marco institucional no Brasil somente ocorreu após a preocupação em adequar a sociedade a este modelo de vivência pensando para além de um caráter assistencialista. Conforme ressaltado por Bueno (2004, p. 81), “as referências sobre educação especial, após esses dois séculos iniciais, consideram o século XVIII como marco definitivo no esforço que a sociedade moderna encaminhará no sentido de proporcionar educação especializada compatível com as necessidades das crianças excepcionais [...]”. Ressaltamos que sempre existiram pessoas com algum tipo de deficiência, e que muitas vezes eram escondidas e excluídas do convívio social, sendo alvos de julgamentos e preconceitos em vários momentos. Essas pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram negligenciadas pela sociedade da época, vivenciando situações da exclusão à segregação.

Conforme Bueno (2004) não havia uma preocupação escolar, restringindo em um primeiro momento o atendimento clínico e assistencial, muitos vinculados apenas aos hospitais psiquiátricos, considerado segregacionista. Foi durante o chamado paradigma da segregação que se começou a pensar no deficiente de uma outra forma, em que o direito à vida da pessoa com deficiência passou a ser modificado, iniciando as ações assistencialistas e também de caráter filantrópico. Este modelo de assistencialismo ao deficiente só foi possível em virtude da Igreja Católica, pois a sociedade não tinha interesse em ofertar serviços para atender as demandas e necessidades dos deficientes. As primeiras iniciativas de proteção ao deficiente surgem em meados do século XVI, com a criação de asilos e abrigos de assistência ao deficiente. Nesta época as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência ainda eram consideradas como “eternas crianças”.

Percebe-se que, em várias épocas, foram utilizados diferentes termos para definir quem seriam essas pessoas com deficiência, surgindo muitas questões, o que proporcionou grandes discussões para reconhecer esses indivíduos vistos como especiais no contexto social. Desta maneira, entende-se como essencial, estudos que versem sobre as definições mais precisas sobre os conceitos que envolvem o atendimento educacional em seus diferentes espaços.

Conforme Bueno (2004), a Educação Especial vem de encontro com um esforço da sociedade moderna para integrar os indivíduos na sociedade. Ela não surgiu como responsável pela inserção da criança com deficiência, mas como avaliadora da escola regular minimizadora de problemas. Desta maneira, quando tratamos de Educação Especial para

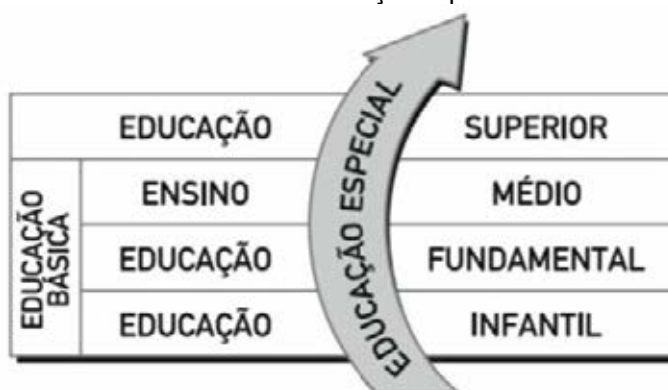
além das questões sociais, passa a se concretizar como proposta educacional somente na década de 1990, em que são necessários gerar políticas específicas de Educação Especial. Segundo Kassar (2011), somente com a Declaração de Jomtien, foi estabelecido um conceito de Educação para todos, e posteriormente, na Declaração de Salamanca as questões voltadas à educação especial passaram ter um tratamento diferenciado, momento em que estes indivíduos começaram a ser atendidos na classe comum, levando em conta suas particularidades e potencialidades. Assim, a Educação Especial passou a ter uma efetiva participação nas perspectivas educacionais e inclusivas.

Considerando estes aspectos, a LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Kassar (2011), atribuiu significado à Educação Especial, servindo também para definir os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva.

Educação Especial: Modalidade de educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

Nessa Lei, a Educação Especial é entendida como modalidade transversal, assim como demais modalidades educacionais (Educação do Campo, Educação de Jovens e adultos, etc), e perpassa todos os níveis de educação escolar, isso significa que abrange toda demanda do ensino, desde a fase inicial da Educação Infantil até os alunos universitários, todos têm direito ao ensino assegurado por lei.

FIGURA 1 – Educação Especial



FONTE: Unesco (2003)

Assim, na perspectiva de Educação Especial a escola torna-se um espaço de acolhimento propício, moldado ao aluno. A Educação Inclusiva se distingue da Educação Especial, pois não é caracterizada como modalidade, mas sim um procedimento metodológico dentro da educação básica.

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996- LDB 9694/96- é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar (KASSAR, 2011, p. 71).

Há uma certa dicotomia no que tange à Educação Especial e Educação Inclusiva, a primeira é aplicada e atribui suas funções fora do contexto educacional, a mesma é ministrada em período contrário em que o aluno possivelmente estará estudando ou ainda em escola e classes especiais, em contraposição à Educação Inclusiva, a qual está aliada ao sistema de ensino regular. Para tanto, foi necessário gerar modificações atitudinais, estruturais e curriculares, com o intuito de atender a grande demanda de alunos independentemente de suas características, especificamente nas redes de ensino comum.

A prática da inclusão vem da década de 80, porém consolidada nos anos 90, segue o modelo social da deficiência, segundo o qual a nossa tarefa consiste em modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos, etc) para torná-la capaz de acolher todas as pessoas que apresentem alguma diversidade, portanto estamos falando de uma sociedade de direito para todos (PAULA, 2006, p. 48).

É nesta proposta de educação inclusiva que os profissionais desenvolvem seu trabalho aos alunos com dificuldades e deficiências, gerando uma proposta de inclusão onde os alunos matriculados e recebidos no ensino regular são inseridos. Assim, a Educação Especial precisa oferecer também um suporte à Educação Inclusiva.

Para uma maior compreensão sobre o conceito de Educação Especial e Educação Inclusiva dentro dos espaços escolares, para entender as divergências e semelhanças, foram entrevistados seis profissionais da educação com a seguinte pergunta: Para você, qual é a diferença destes dois conceitos (Educação Especial e Inclusão)? Com relação às entrevistadas, possuem formação na área de Pedagogia, com especializações na área de Educação Especial, todas atuantes no ensino regular, e já trabalharam com Educação Especial.

Professora 01: Formada em Pedagogia pela PUC-PR, especialização em Educação Especial pela Academia Brasileira de Ciência da Educação e Coordenação Pedagógica pela UFPR, professora Pedagoga SEED- PR, e trabalha 20h em sala de recursos multifuncionais.

Professora 02: Formada em Pedagogia pela Unicentro, com especialidade em Distúrbios de aprendizagem, Educação Especial, Psicopedagogia Institucional. Atualmente exerce sua função como Pedagoga.

Professora 03: Com formação em Pedagogia (UNESPAR-FAFIUV), pós-graduada em psicopedagogia institucional, possui Especializações na Área de Educação Especial, ministra aulas no Curso de Educação Especial por 6 anos nas disciplinas de TIDs, Deficiências Múltiplas e Pessoas com Deficiência Mental, professora na Sala de Recursos multifuncionais no Município de União da Vitória. Possui um Espaço de Atendimento Psicopedagógico e está à frente de um trabalho na APADAF (Associação de Pais e Amigos da Pessoa com Deficiência Auditiva e da Fala) em Porto União.

Professora 04: Possui formação em pedagogia (UNESPAR-FAFIUV), especialização em psicopedagogia, já trabalhou com educação especial, e atualmente é professora pedagoga no município de União da Vitória.

Professora 05: Com formação em Pedagogia (UNESPAR-FAFIUV), possui especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, especialização em Educação Especial Inclusiva e especialização em arte, educação e terapia, ambas pela Faculdade São Braz, atual Faculdade Unina. Já trabalhou como docente em classe especial, atualmente como Psicopedagoga atendendo a demanda da Educação Especial por meio das avaliações psicopedagógicas, onde foi designada como coordenadora da Educação Especial do município de Mallet.

Professora 06: Possui formação em Pedagogia (UNESPAR-FAFIUV), Pós-graduação pré-escola e Séries Iniciais, atualmente tenta uma vaga em mestrado na área de educação especial, e trabalha como diretora em uma escola no município de União da Vitória que atende alunos de inclusão, sendo eles: cadeirantes, com síndrome de down ou autismo.

QUADRO 1 – Respostas referentes ao questionamento sobre a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva

Professora 01	A Educação Especial é a oferta da modalidade de ensino destinada a pessoas com deficiência ou com altas habilidades. É ofertado tanto nas escolas públicas como fora da escola por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Esse atendimento é feito por profissionais com formação na área. E a inclusão educacional é quando o estudante com Necessidade Educacional de Aprendizagem (NEE) inserido na sala de aula regular tem acesso ao currículo adaptando ou flexibilizando onde os conteúdos curriculares são trabalhados, porém utilizando recursos, encaminhamento metodológicos e critérios avaliativos diferenciados. Nessa perspectiva respeita-se o ritmo de aprendizagem dos estudantes, considerando a diversidade que compõe a escola.
Professora 02	O que difere os dois conceitos é o fato de que a Educação Especial é uma modalidade de ensino e a Inclusão é caracterizada pelas ações de garantia a todos das mesmas oportunidades, independentemente das condições e diferenças.
Professora 03	O ensino inclusivo não pode ser confundido com educação especial: diferentemente do ensino inclusivo, a educação especial se mostra em uma grande variedade de formas que incluem escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado.
Professora 04	Os dois conceitos são de extrema importância na educação e deveriam andar juntos na minha opinião ...seria incluir o aluno em todas as atividades.
Professora 05	A Educação Especial refere-se a uma modalidade de ensino, enquanto a Inclusão é aquela que nos ensina a conviver com a diferença, despertando a ideia de pertencimento entre os alunos.
Professora 06	A Educação especial consiste na utilização de ferramentas didáticas que buscam atender as limitações que a criança possui. Inclusão é um sistema que inclui a criança no ensino regular.

FONTE: Os autores (2020)

É possível notar que mesmo diferentes os dois conceitos (Educação Especial e Educação Inclusiva) se complementam na práxis por possuírem semelhanças. Observa-se que há uma percepção sobre o respeito às diferenças e principalmente ao desenvolvimento da aprendizagem destes indivíduos. Contudo, a implantação de uma Educação inclusiva requer uma pedagogia que esteja de certo modo centrada especificamente na criança, porém sem desmerecer a importância depositada na família e comunidade escolar. Profissionais da educação que estejam capacitados para o trabalho inclusivo.

A partir das respostas obtidas sobre as diferenças entre os termos Educação Especial e Inclusão, foi possível notar que há uma confusão na interpretação, o que caracteriza falta de compreensão e estudos mais aprofundados na área. Dentre as seis entrevistadas, três

delas apresentam claramente as definições, com base nas políticas internacionais e nacionais nas leis vigentes reconhecendo a Educação Especial como uma modalidade de ensino. Estas profissionais que por meio de seus relatos definiram claramente estes conceitos, são formadas em Pedagogia e possuem especialização na área, porém apenas uma delas atualmente trabalha com sala de recursos multifuncionais. As outras três entrevistadas em seus relatos não definiram claramente os conceitos, mesmo algumas sendo atuantes na área ainda necessitam de mais aprofundamentos teóricos. Desta maneira, nota-se a importância de conhecer os profissionais atuantes nas escolas que desempenham esta função, pois somente com aprofundamento sobre a área e conhecimento sobre a definição dos termos, é possível que haja de fato a efetivação de um ensino em que a inclusão não se torne dependente da Educação Especial, mas, que esta seja percebida como um suporte à Inclusão.

O atendimento inclusivo permite o rompimento com o paradigma educacional – especiais designados como excludentes, fazendo fluir e renascer um novo modo de desenvolver a criatividade na construção de um cidadão com potencialidades e direitos ao aprender.

2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO

A Educação Especial tem uma grande importância principalmente em sua perspectiva inclusiva, pois é por meio dela que os direitos aos indivíduos são assegurados por lei, ocorrendo este processo inclusivo na rede regular de ensino. (KASSAR, 2011).

No entanto, apesar da inclusão ser um tema amplamente discutido, e por supostamente caracterizar na prática o real significado da palavra, a efetivação do processo não significa sua eficácia ou a construção de oportunidades efetivas. Nesta perspectiva, todas as pessoas com deficiência podem e devem estar inseridas nas atividades que envolvem a sociedade, mas não basta somente numa perspectiva de igualdade, mas sim procurando gerar equidade, ou seja, garantir garantia de participação, mesmo que diferenciadas.

[...] as crianças com necessidades educacionais especiais, ou seja, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades ou superdotação, passam a ter a garantia de uma pedagogia diferenciada, capaz de identificar e satisfazer as suas especificidades, proporcionando-lhes condições de desenvolvimento e aprendizagem (POKER et al. 2013, p. 15).

Quando se discute inclusão nesta pesquisa, não se refere apenas ao direito escolar, mas sim a todas as questões que envolvem a sociedade. Conforme Santos e Voltarelli

(2016, p. 63) “[...] a inclusão não se restringe apenas à escola, mas a qualquer lugar de convívio social. Por isso é necessário um trabalho conjunto entre a escola e a família, para que, juntas, encontrem maneiras de construir espaços inclusivos para todos”. Trata-se de superar a lógica restrigente de atribuir a inclusão apenas a função de socialização dos indivíduos, necessitando ir além, entendendo o processo de inclusão como um momento de construção de oportunidades e de desenvolvimento de suas potencialidades.

Assim, no âmbito educacional é possível compreender que o processo de inclusão deve propiciar uma ampliação de percepções de modo a envolver todos os alunos com plena participação encarando a realidade que mesmo com “diferenças” todos os alunos precisam de oportunidades e que são sujeitos de desenvolvimentos. Portanto, esta perspectiva inclusiva deve sempre ser compreendida, explorada positivamente e trabalhada sob um mesmo olhar de conquistas e destaque no campo da Educação.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, s/d, p. 05).

Não há como falar em Inclusão sem aproximar a educação especial, pois estão interligadas, contrariamente, enquanto modalidade de ensino, é possível trabalhar apenas com a educação especial. Pensando neste conjunto de grande importância, outra questão levantada aos profissionais de educação foi a seguinte: Qual é a relação entre Educação Especial e Educação Inclusiva?

QUADRO 2 – Respostas referentes às relações entre Educação Especial e Educação Inclusiva

Professora 01	A relação consiste na diferença do termo “INCLUSIVA”, pois se a educação não for oferecida corretamente ela não inclui.
Professora 02	A Educação Especial e a Inclusão precisam estar estritamente relacionadas para que realmente seja garantida a equidade, se relacionando no sentido de que todos possuem os mesmos direitos e precisam ter acesso às mesmas oportunidades, atendendo as especificidades, para que o indivíduo se sinta pertencido ao ambiente em que está inserido.
Professora 03	De irmãs gêmeas, com pouca diferença: Educação Especial estuda essas Pessoas e para inclui-las faz o que for possível para suprir e atingir suas especificidades na aprendizagem.
Professora 04	Na minha opinião a relação deveria ser única.
Professora 05	A Educação Especial precisa estar unida com a inclusão, embora o conceito seja diferente na prática precisam ser unificadas, a fim de garantir o melhor atendimento à demanda atendida, ofertando e garantindo a promoção dos direitos a cada cidadão.
Professora 06	A Educação Especial é uma modalidade de ensino que busca atender as crianças com necessidades especiais e a inclusão busca incluir essas crianças, dentro de um contexto escolar, respeitando a individualidade de cada indivíduo.

FONTE: Os autores (2020)

Percebe-se que estes dois conceitos ainda são confundidos: Educação Especial e Inclusão, sendo entendidos como uma única perspectiva a ser trabalhada; ainda não há um aprofundamento teórico sobre as características peculiares que as diferenciam, mesmo sendo termos diferentes, Educação Especial e Inclusão se complementam, pela semelhança em reconhecer a garantia de oportunidades a todos os indivíduos. No entanto, a inclusão não pode ser meramente designada como algo que se restringe ao aluno com características educacionais especiais, pois é compreendida como um conceito muito mais amplo, busca abranger todos os alunos que de alguma maneira estão sendo excluídos do sistema de ensino e aprendizagem, bem como da sociedade em geral.

Entende-se que o conceito de educação inclusiva permeia o reconhecimento e a valorização a diversidade humana, como processo inerente à construção da sociedade, com o intuito de oportunizar todo indivíduo em nenhuma restrição, buscando humaniza-lo e desenvolver suas potencialidades, para que possa construir e ampliar seu conhecimento e assim ser inserido ao exercício da cidadania, de maneira que contribua como um sujeito ativo e não apenas como um número a mais fazendo parte da civilização.

A inclusão, além de um direito, é uma postura cada vez mais necessária, pois quando realizada corretamente torna-se um complemento no que diz respeito ao desenvolvimento destes indivíduos, com condições eficazes às necessidades contribuindo para a formação destes cidadãos com sucesso.

3 REPENSANDO NESTES INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE E NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A educação inclusiva, é um dos caminhos essenciais para se pensar em uma sociedade inclusiva. A primeira ação a superar é a fragilidade do conceito de alunos com necessidades especiais, que apesar de historicamente ser sinônimo de deficiência, atualmente pode ser atribuído a qualquer aluno que apresente alguma dificuldade e que necessitam de um atendimento voltado ao estímulo e desenvolvimento de suas potencialidades, na medida que também sofrem com processos de exclusão. São excluídos na medida em que ainda não têm totalmente uma participação ativa e ainda são vistos de maneira diferente por algumas pessoas. Precisam ser incluídos na medida em que pertencem a um grupo social, fazem parte e devem respeitar e seguir todas as regras da sociedade. No contexto educacional, se referindo a pessoa com deficiência, não basta apenas inserir na escola e referir-se como inclusão, muito pelo contrário deve fazer com que este indivíduo seja participativo.

Conforme Rozek (s/d, p.12) “no âmbito escolar, a integração assume o princípio de que toda pessoa é capaz de aprender e, assim, o aluno com deficiência passa a ser integrado no ensino regular e a receber, na própria escola, o apoio e os recursos especiais ao seu pleno desenvolvimento”. Nesta perspectiva, o aluno integrado, incluído no ensino regular deve receber o apoio necessário para que seja explorado e desenvolvido suas potencialidades, isso diz respeito à escola estar voltada para atender estes alunos e dispor de recursos necessários com professores capacitados para realizar o processo de inclusão.

Vale ressaltar que se torna imprescindível compreender quem são estes indivíduos e a importância deles no meio. Para isso, com base em compreender quem são os alunos de inclusão, as profissionais foram questionadas novamente para saber como era visto este processo para os indivíduos. Para isso, a pergunta realizada foi: como você vê estes indivíduos com deficiência?

QUADRO 3 – Respostas referentes à visão sobre as pessoas com deficiência

Professora 01	Quando pensamos na inclusão dos estudantes entendemos as peculiaridades de aprendizagem. Cada estudante tem seu ritmo de aprendizagem que deve ser respeitado. Assim trabalharemos com foco no potencial de aprendizagem, entendendo a diversidade que compõem a escola.
Professora 02	Na minha percepção são pessoas que precisam de um olhar diferenciado para o atendimento de suas especificidades, possuem os mesmos direitos que todas as outras pessoas e por isso precisam ter suas necessidades reconhecidas e respeitadas. Apesar dos inúmeros estudos e conceitos da área, é perceptível que são pessoas que ainda enfrentam muitas barreiras, muitas vezes por falta de aceitação, preparo e conhecimento das demais pessoas sobre a área, fazendo com que muitos aspectos não sejam atendidos e considerados de maneira satisfatória. O que se tende a fazer muitas vezes é apenas integrar e não incluir de fato, oferecer o espaço, mas não as condições para a garantia da equidade.
Professora 03	NORMAIS, como todas as pessoas com suas potencialidades, não gosto quando usam para se vitimizar, ou aproveitar a sua condição, são ESPECIAIS por serem seres vivos.
Professora 04	Com capacidade de aprender, mas dentro de suas limitações.
Professora 05	Eu vejo cada um na sua individualidade, somos seres únicos, dotados muitas vezes também de necessidades únicas. Entendo que, quando buscamos ver os outros nos oportunizamos a ver todas as qualidades que essa pessoa tem e não apenas as diferenças, nos enriquecendo enquanto pessoa e também enquanto profissional, passamos a perceber que muito mais aprendemos com eles do que ensinamos, nos fortalecendo na concretização de metas frente ao trabalho juntos a essa classe.
Professora 06	Sempre considereei esses alunos igualmente, jamais fiz distinção entre um e outro, porém percebo que a escola ainda não está preparada para receber essas crianças, pois muitas vezes, não contamos com profissionais preparados para trabalhar com elas, nem mesmo material adaptado e espaço físico adaptado para receber essas crianças.

FONTE: Os autores (2020)

Após analisar as respostas das profissionais entrevistadas percebeu-se que a educação inclusiva está fortemente destacada e é percebida como uma diversidade de pessoas com características distintas que compõem a escola e a sociedade, além de propiciar novas experiências a todos que compõem este grupo de indivíduos.

[...] a inclusão é um valor social que se considerado desejável, torna-se um desafio no sentido de determinar modos de conduzir nosso processo educacional para promovê-la. Não haverá um conjunto de práticas estáticas, e sim uma interação dinâmica entre educadores, pais, comunidades e alunos para desenvolver e manter ambientes educacionais que serão orientados pelo tipo de sociedade na qual queremos viver (SCALIANTE, 2012, p. 41).

Quando se trata da inclusão objetiva-se destacar que se aceitam estes indivíduos de modo que possam atuar mesmo com suas dificuldades e limitações, mas adaptando meios e proporcionando momentos, de forma que estes sejam contemplados no meio social. Não é somente socializar, para além disso, é ajudar e apoiar sem excluir ou desmerecer, estimulando a alcançarem os objetivos esperados, oportunizando e aceitando as diferenças.

Dessa forma, torna-se essencial compreender a pessoa com deficiência na sua totalidade, permitindo que cada indivíduo possa se desenvolver dentro de suas potencialidades, pensando que ele possui habilidades, bem como característica que o torna capaz e individual, um ser totalmente único.

A inclusão é um fator que exige muito de todas as pessoas sendo ela com ou sem deficiência. Assim, entende-se que é por meio do ensino que devem ser oportunizadas condições para que o sujeito com deficiência possa se reconhecer e ao mesmo tempo se participar ativamente do contexto social, permitindo a si mesmo desenvolver suas habilidades incluindo os aspectos sociais e afetivos, de forma que possa ser respeitado com todos os seus direitos enquanto cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa objetivou-se refletir sobre os conceitos de educação especial e inclusão, bem como compreender suas diferenças e semelhanças, buscando os saberes necessários para um efetivo processo inclusivo. Desta forma, os fatos e ideais explicitados neste artigo, contribuíram para discorrer brevemente acerca do percurso histórico, bem como a importância deste processo e compreender as particularidades destes indivíduos com deficiência, além de evidenciar a visão dos profissionais envolvidos com a educação sobre o tema.

Ressalta-se importância deste percurso para entender o processo de construção dos termos e suas conceituações, considerando que são duas vertentes de estudos que ainda necessitam de pesquisas e debates para ampliar conhecimentos, principalmente porque estão impregnados confusões sobre o real significado e o trabalho de cada área, que apesar de serem semelhantes, possuem particularidades.

Percebe-se nos relatos das profissionais que existem confusões entre estes termos, como quando se questionou o papel da inclusão e da educação especial. São conceitos díspares, que conduzem a perspectivas de atendimentos diferenciadas, mas que possuem aproximações importantes, e devem ficar claramente destacadas que não se podem haver

dependências, ou seja, a inclusão não pode depender da Educação Especial, pois a função desta modalidade é garantir o suporte e não sua realização. Este suporte diz respeito principalmente ao ensino regular, visto que o aluno ao estar incluído, e não tratado como diferente dos demais, deve participar plenamente, dispondo dos mesmos direitos como os demais alunos, não apenas socializado como já anotado.

Mediante as discussões teóricas e dos relatos de profissionais, importa ressaltar que um processo inclusivo com sucesso necessita de esforço e reconhecimento de todos, integrando as pessoas com deficiência, de modo que seja feito jus ao nome inclusão e que possa demonstrar na prática a efetivação dos direitos e das leis que os asseguram.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 2. ed. São Paulo: PUC/SP-EDUC, 2004.
- KASSAR, M. C. C. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.
- PAULA, Jairo de. **Inclusão mais que um desafio escolar: um desafio social**. 2. ed. São Paulo: J. de Paula, 2006.
- POKER, Rosimar Bortolini et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo; Marília: Cultura Acadêmica, 2013.
- ROZEK, Marlene. A Educação Especial e a Educação Inclusiva: compreensões necessárias. **Reflexão e Ação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 164-183, jan./jun. 2009. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/918/665>>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- SANTOS, D. C; VOLTARELLI, P. A. SANTOS, D. A. N. A importância da escola inclusiva para o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. **Colloquium Humanarum**, v. 13, n. Esp., jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20ESCOLA%20INCLUSIVA%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DOS%20ESTUDANTES%20P%C3%9ABLICO-ALVO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- SCALIANTE, Alexandra Pereira de Souza. **A inclusão do aluno portador de necessidades educativas especiais no ensino comum**. 2012. 41 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.